



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFROBRASILEIRA – **UNILAB**

**TIAGO DA SILVA ARAÚJO**

**O ensino da história e cultura afro- brasileira e africana na  
escola municipal de Capistrano - CE: Lei 10.639/2003**

REDENÇÃO-CE  
2016

TIAGO DA SILVA ARAÚJO

**O ensino da história e cultura afro- brasileira e africana na escola  
municipal de Capistrano - Ce: Lei 10.639/2003**

Monografia apresentada ao curso de PÓS-GRADUAÇÃO na UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA – **UNILAB**, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Educação e Relações Raciais.

Orientador: Lourenço Cardoso

REDENÇÃO-CE

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

A726e Araújo, Thiago da Silva.

O ensino da história e cultura afro- brasileira e africana na escola municipal de Capistrano - CE: Lei 10.639/2003. / Thiago da Silva Araújo. – Redenção, 2016.

33 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Cardoso.  
Inclui referências.

1. Ensino médio - Brasil. 2. Relações étnicos-raciais. 3. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. I. Título.

CDD 373.0981

---

**TIAGO DA SILVA ARAUJO**

O ensino da história e cultura afro- brasileira e africana na escola municipal de  
Capistrano - Ce: Lei 10.639/2003

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Orientador: Lourenço Cardoso

---

Professor 1

---

Professor 2

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem dada a mim durante toda esta longa caminhada, por ser essencial em minha vida. A minha esposa Natalia, que tanto me encoraja e acredita em mim. Aos meus pais Sr. Francisco e Sra. Eliane que sempre me incentivaram a estudar, mostrando que o real valor da vida se baseia no esforço realizado e nas vitórias conquistadas. Aos meus irmãos (todos) que são símbolos de amizade para mim. A toda minha família. A vocês toda a minha eterna gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem dada, no qual permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida.

Aos meus pais, irmãos, minha esposa Natalia, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, por ser a minha razão de ser feliz.

Aos meus pais pelo incentivo, cuidado e amor incondicional, no qual estimulam e me apoiam nos momentos difíceis, como exemplo insuperável de mãe e pai, mostram a força de pessoas sonhadoras, persistentes e batalhadoras. Vocês são presentes preciosos que tenho na vida.

A minha esposa pelo apoio e incentivo todos os dias, pela paciência, pela força e hoje estamos colhendo, juntos, os frutos do nosso empenho.

Aos meus professores durante este curso por me orientarem na construção da minha vida profissional e pessoal.

A meu orientador Lourenço Cardoso, que sempre esteve a disposição no qual fez parte direta desta conquista por me auxiliar na construção dessa etapa da minha vida, dedicando seu tempo em orientações e correções. Sua dedicação e responsabilidade profissional são inspiradoras.

A todos que fizeram parte direta ou indiretamente desta conquista, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Este trabalho realiza uma reflexão teórica sobre a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola municipal de Capistrano, Ceará, tendo como base a aplicação da Lei 10.639/2003, relata ainda a análise da pesquisa realizada na Escola Fernando Cavalcante Mota na cidade de Capistrano-Ce, objetivando analisar a aplicação da Lei 10.639/2003. Identificando ainda o ensino da temática no contexto escolar, conhecendo as concepções dos profissionais sobre as questões raciais na instituição escolar e analisando a mediação do estudo da temática no processo de formação e educação do ser. Para isso torna-se fundamental a revisão de literatura que abordam sobre a temática. Realiza uma breve abordagem da história do negro na humanidade e seu contexto na educação. Faz reflexões sobre a historicidade do negro, mostrando as diferentes visões sobre o negro no contexto histórico/social. De acordo com a pesquisa realizada, constatou-se que a Lei 10.639/2003 esta inserida no contexto educacional da Escola de Ensino Fundamental Fernando Cavalcante Mota, porém infelizmente ainda não contempla as raízes africanas do país. Concluindo que ainda que há uma necessidade de intensificação da lei, com uma maior atenção e exploração dos conteúdos referentes a temática, para que assim a visibilidade sobre o tema se solidifique ganhando a devida importância e ultrapasse os muros da escola, chegando o conhecimento até a comunidade escolar e conseqüentemente a sociedade em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo, Educação, Escola, Preconceito Racial.

## **ABSTRACT**

This work makes a theoretical reflection on the importance of teaching history and african-Brazilian and African culture in the municipal school in Capistrano, Ceará, based on the application of Law 10.639 / 2003, also reports the analysis of the research conducted at the School Fernando Cavalcante Mota in the city of Capistrano-Ce, aiming to analyze the application of Law 10.639 / 2003. Identifying also the theme of education in the school context, knowing the views of professionals on racial issues in schools and analyzing the subject of study of mediation in the process of training and education of the. For this it is essential to literature review that approach on the subject. Performs a brief overview of the history of black in humanity and its context in education. It reflects on the historicity of the black, showing different views of the black in the historical / social context. According to the survey, it was found that the Law 10.639 / 2003 is inserted in the School educational context Elementary School Fernando Cavalcante Mota, but unfortunately still does not address the African roots of the country. Concluding that although there is a need to intensify the law, with greater attention and exploitation of content regarding the theme, so that the visibility on the subject solidifies gaining due importance and exceed the school walls, reaching knowledge to school community and consequently the society in general.

**KEYWORDS:** Racism, Education, School, Racial prejudice.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>1- BREVE PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL</b> .....	<b>11</b>
1.1- A História do Negro no Brasil .....	11
1.2 – Exploração/Escavidão no Brasil .....	13
1.3 – Racismo .....	15
1.4 – Branqueamento .....	17
1.5 – Democracia Racial .....	18
<b>2- A QUESTÃO RACIAL NA OTICA LEGISLATIVA</b> .....	<b>20</b>
2.1 –Lei 10.639/2003.....	20
2.2 – Materiais didáticos e questões étnicorraciais .....	24
<b>3- APRESENTAÇÃO E DISCURSSÃO DE DADOS DA PESQUISA.</b> .....	<b>26</b>
3.1 – Coleta dos dados .....	26
3.2 – Caracterização geral da escola pesquisada .....	26
3.3 – Perfil dos participantes da pesquisa .....	27
3.4 – Características dos participantes da pesquisa .....	27
3.5 – Sobre a Lei 10.639/2003: conhecimento, exploração de conteúdos e importância, entre outros quesitos da pesquisa .....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>31</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Buscando sempre uma educação de qualidade e mais democrática em que garanta as necessidades para uma formação integral do ser no meio social, o ensino vem passando por diversas transformações, desenvolvendo práticas pedagógicas, capacitando seus profissionais, configurando novas estruturas, criando e reformulando leis com a finalidade de amparar e dar sustentabilidade ao educando.

Sendo assim, a sociedade visualiza a escola como um dos principais espaços de cidadania e igualdade. Portanto, é com base nesta percepção de uma instituição educativa como parte integrante da sociedade, que promova o desenvolvimento do indivíduo de forma igualitária, é que percebe-se nas últimas décadas um diálogo maior sobre a importância da valorização da cultural para a identidade do indivíduo.

Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar a aplicação da Lei 10.639/2003 na escola de ensino fundamental Fernando Cavalcante Mota, localizada na cidade de Capistrano, Ceará e suas mediações no meio educacional. Identificando ainda o ensino da temática no contexto escolar, conhecendo as concepções dos profissionais sobre as questões raciais na instituição escolar e analisando a mediação do estudo da temática no processo de formação e educação do ser. Intitulado: “O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola municipal de Capistrano - Ce: Lei 10.639/2003”, a pesquisa buscou subsídios teóricos que apontam fortes significações para o reconhecimento e a valorização da história e cultura africana.

Tendo em vista a importância da temática no campo educacional e partindo das seguintes indagações: como se esta sendo executada a lei 10.639/03 na escola? quais as relações que se estabelecem no ensino da temática afro-brasileira e africana na educação? Como se processa a relação da temática no ambiente escolar?. Senti a necessidade de aprofundar meus estudos e realizar uma reflexão através das leituras com autores que abordam sobre o tema dentre eles: Albuquerque (2006) na qual realiza uma profunda reflexão sobre a história do negro no Brasil, Munanga org.(2005) em que fala sobre a importância do ensino da história e cultura africana e outros diálogos

referente à temática de questões raciais e documentos de nível nacional na educação (LDB, DCN'S, PCN'S e outros) que são documentos norteadores para os profissionais da educação entre outros.

Este trabalho está dividido em três capítulos sendo que em seu primeiro capítulo, buscou-se historicizar a exploração do negro, revisando a história acerca da chegada ao Brasil até os dias atuais, pleiteando ainda, algumas reflexões acerca de pontos importantes para a compreensão das questões raciais no Brasil. O segundo capítulo aborda a revolução histórica em torno das questões raciais relacionando-as com o amparo das leis que se referem à história e cultura africana, baseada em documentos oficiais que norteiam a formação de uma sociedade mais igualitária, sem discriminação racial. Já o terceiro capítulo apresenta a pesquisa caracterizando os procedimentos utilizados, análise dos dados e os resultados obtidos na pesquisa.

Para a realização deste trabalho o método empregado nesta investigação para aprofundar o tema, é de caráter teórico bibliográfico, documental, assim como também uma pesquisa de caráter exploratório quanti-qualitativa, através de questionários realizados na instituição escolar.

Sabemos que através do conhecimento acerca da diversidade cultural é uma forma para que haja um diálogo equilibrado entre as culturas e conseqüentemente entre as pessoas. Portanto, explorar e apropriar-se de conhecimentos que visam a identificar suas origens, torna-se fundamental e indispensável, para assim reconhecer-se como parte da história a qual o mesmo esta inserido, contribuindo para valorizar seus aspectos sejam eles: físicos, biológicos, sociais, econômicos entre outros.

## **CAPITULO 1 – BREVE PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL**

### **1.1 - A História do Negro no Brasil**

A grande diversidade cultural que forma nossa nação torna cada vez mais visível no campo educacional, a importância dos estudos sobre a história do negro no Brasil e da África. O que conseqüentemente, é parte fundamental para a construção da identidade, o entendimento que nos forma como seres.

Assim, tendo o Brasil uma grande população de negros oriundos da África (afrodescendente), torna-se indispensável a compreensão e o conhecimento daqueles que contribuíram e contribuem com significância, na formação de grandes variedades de riquezas sejam elas: social, cultural, econômicas em nosso país. Para Albuquerque, 2006, p.43 ao falar sobre importâncias deste período escravista: “... apesar da escravidão, os africanos foram atores culturais importantes e influenciaram profundamente as formas de viver e de sentir das populações com que passaram a integrar no Novo Mundo.”

Nesse sentido, formamos pilares ao resgatarmos a história do negro no Brasil, uma história tão complexa, que só acrescenta e contribui na identificação de nossas raízes culturais.

A história do negro no Brasil é marcada por sofrimento, exploração e grande rejeição. A participação do mesmo aconteceu no período Brasil Colonial, momento em que chegaram os primeiros negros da África, trazidos para servir donos de grandes fazendas na tentativa de obter lucros, já que, havia a necessidade de trabalhadores em massa para ocuparem em principio os canaviais e logo depois umas vastas variedades em serviços:

Primeiro no ciclo da cana-de-açúcar, a seguir no ciclo do ouro, depois no ciclo do café. Étnicos distintos trabalharam no Brasil nas charqueadas, nas plantações de algodão e fumo, nos engenhos, fazendas e estâncias, como piões, boiadeiros, tropeiros, capatazes, negociantes, vendedores ambulantes, artesões e como soldados, nas pelejas territoriais... (LIMA, 2008, p.3)

Sendo assim, a construção para esta economia em que visava a exploração e denominação do negro africano, permitiu a abertura para uma atividade lucrativa: o comércio dos negros, que eram capturados na África, trazidos em grandes embarcações chamados navios negreiros e vendidos no Brasil. De acordo com a mesma autora citada anteriormente:

Da África vieram nações de diversos locais como: Acra, Ajuda, Alto Volta, Ambacas, Ambace, Amboim, angoche, Angola, Axânti, Bacuir, Bailundo, Bamaco, Bamba, Bambara, Bambo, Banguela, Benin, Barué, Bateque, Benguela, Biafra, Bié, Biguda, Bijangós, Bissau, Cabinda, Cabo Verde, Cacheu, Caçango, Cafraria, Calabar, Camaroes, Caçange, Congo, Costa dos Destes, Costa dos Escravos, Costa do Mrfim, Costa da Mina, Costa do ouro, Costa do Grao ou da Pimenta, Costa do vento, Daome, Fanti, Gabão, Gambia, Gaza, Guiné, Guiné-Bissau, Ibo, Ilorim, Lagos, Libéria, Libolos, Libongo, Libreville, Loango, Lourenço Marques, Luanda, Macuana, Malauí, Mali, Manianga, Manica, Maniema, Moçambique, Níger, Nigéria, Novo Redentor, Nupé, Quelimane, Quiçanga, Quinbande, São Jorge da Mina, Segó, Senegal, Senegâmbia, Serra Leoa, Sofala, Sudão, Tanzânia, Tete, Togo, Tombuctu, Uganda, Zama, Zâmbia, Zambesia, Zanzibar. (LIMA, 2008, p.3)

Neste contexto, é importante salientar a forma como eram transportados, em viagens que duravam meses. Amontoados em porções com ou sem roupas, em ambiente que exalava mal cheiro por conta de fezes e urinas, mal alimentados e com várias doenças. Estes são alguns fatores, que provocavam a morte de muitos negros, que não suportavam as péssimas condições de viagens e acabavam não chegando ao local de “destino” com vida:

Na chegada ao Brasil recebiam nomes de procedência, muitas vezes do navio que transportavam, outras vezes consignadas em seus próprios documentos, assim, sabe-se que não possuíam origem única... eram embarcados na África, por exemplo, no Forte de São João de Minas e na chegada ao Brasil, eram denominados “negros minas”. (LIMA, 2008, p.3)

Portanto, a história do negro no Brasil possibilita realizar uma reflexão acerca da visão que se tinha sobre o negro, sobre sua “inferioridade”, sendo alvo de exploração, porém muito importantes na formação do povo Brasileiro.

## 1.2 - Exploração/Escravidão negra no Brasil

Exploração e escravidão são palavras que associamos diretamente as transições que ocorreram durante o processo de colonização do Brasil, já que o negro era visivelmente comparado a mercadorias, e visto como negócios bastante lucrativos:

Casas comerciais e negociantes licenciados em escravos novos, que traficavam grande quantidade de africanos, exibiam-nos nas portas de casas ou armazéns. Assim que estavam prontos para venda, os negociantes colocavam anúncios nos jornais informando ao público que um novo “carregamento” estava disponível. (ALBUQUERQUE, 2006, p.54)

Distante de preocupação com boas relações e condições de trabalhos, a escravidão/exploração foi marcada por vários tipos de violências: físicas, psicológicas e tantas outras diferentes formas de tratamento desumano em que caracterizaram ao longo da história. Assim, o negro na condição de escravos da classe dominante, sempre foi visto como o principal meio de solucionar questões econômicas, um empreendimento rentável para os negócios. Sobre isso:

Até a sua proibição, em 1850, o tráfico transatlântico fez grandes fortunas no Brasil. Nas cidades portuárias, os traficantes graúdos exibiam riqueza e poder morando em residências luxuosas, fazendo parte de irmandades religiosas e ocupando cargos públicos nas câmaras municipais. Participando dos governos das cidades e das províncias, eles eram também considerados os “homens bons” da elite. Até a sua proibição. (ALBUQUERQUE, 2006, p.41)

Sendo assim, percebemos que utilizar a exploração através da forma de trabalho escravo, era uma atração para uma nova atividade comercial, pois este seria um grande incentivo para o desenvolvimento de outras atividades relacionadas ao mesmo seguimento e a outros a serem explorados. A tendência para a situação econômica favorável aumentava com crescimento de embarcações, fazendo o transporte dos negros capturados; na agricultura, ampliação das atividades agrícolas nas diversas áreas de plantações, um giro de capitalismo em torno do período de sistema socioeconômico apoiado na escravidão. De acordo com o Instituto GELEDÉS<sup>1</sup>, 2012, p.1: “O escravo

---

<sup>1</sup> GELEDÉS é o Instituto da Mulher Negra, que luta contra o preconceito, a discriminação racial existente na sociedade, fundada em 1988.

tornou-se a mão-de-obra fundamental nas plantações de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão, nos engenhos, e mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado.”

Firmação de acordos comerciais feitas para a obtenção de escravos, prática esta em que veio a integrar o ambiente colonial. Dessa maneira, o número de escravos só aumentava, já que havia uma facilidade em enquadrar os mesmos em diversos seguimentos. Conforme Instituto GELEDÉS:

Além de mão-de-obra, o escravo representava riqueza: era uma mercadoria, que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada e leiloada. O escravo era visto na sociedade colonial também como símbolo do poder e do prestígio dos senhores, cuja importância social era avaliada pelo número de escravos que possuíam. (GELEDÉS, 2012. p.1)

Logo após a firmação da venda a um grande proprietário de terras, os escravos eram utilizados aos diversos trabalhos e recolhidos para a senzala local onde servia como moradia. Separados de seus familiares para que evitassem qualquer tentativa de fuga, o que conseqüentemente ocorreria uma mudança de costumes e hábitos desconhecidos. De acordo com ALBUQUERQUE, 2006, p.41: “violentamente separados de suas famílias e comunidades, eles foram obrigados a se ajustar a novos senhores e a exigências de trabalho que desconheciam em suas regiões de origem.”

Diante dessa imposição, enfrentariam ainda a rotina de trabalho árdua e condições de vida totalmente precárias, com pouca alimentação, levando tais fatores a extremidade de vida, capaz de reduzir o período de anos vividos pelos os escravos. Ao mesmo tempo, para aqueles que se rebelavam contra a rotina imposta, a violência (torturas) e armas eram usadas para a dominação e até mortes dos mesmos.

Em suas jornadas diárias, os negros também sofriam os mais variados tipos de castigos (, nas cidades o principal castigos era os acoites que eram feitos publicamente nos pelourinhos que constituíam-se em coluna de pedras erguidas em praças públicas e que continha na parte superior algumas pontas recurvadas de ferro onde se prendiam os infelizes escravos.(GELEDÉS, 2012, p.1)

Sendo assim, tanto sofrimento, desgastes do próprio sistema escravista fugir surgiu como um meio para os negros de não submeter-se ao processo de exploração, formando articulações que planejavam fugas desenvolvendo assim comunidades denominadas quilombos. De tal forma, vemos a presença da

resistência contra este abuso firmada nos diversos quilombos, tendo o de palmares como um dos mais conhecidos.

Faz-se necessário destacar algumas datas importantes que ocorrem no decorrer dessa história e fatores fundamentais que contribuíram para o fim desta “exploração/escravidão”:

Segundo GELEDÉS, 2012:

**1850** – promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que acabou definitivamente com o tráfico negreiro intercontinental. Com isso, caiu a oferta de escravos, já que eles não podiam mais ser trazidos da África para o Brasil.

**1865** – Cresciam as pressões internacionais sobre o Brasil, que era a única nação americana a manter a escravidão.

**1871** – Promulgação da Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que estabeleceu a liberdade para os filhos de escravas nascidos depois desta data. Os senhores passaram a enfrentar o problema do progressivo envelhecimento da população escrava, que não poderia mais ser renovada.

**1872** – O Recenseamento Geral do Império, primeiro censo demográfico do Brasil, mostrou que os escravos, que um dia foram maioria, agora constituíam apenas 15% do total da população brasileira. O Brasil contou uma população de 9.930.478 pessoas, sendo 1.510.806 escravos e 8.419.672 homens livres.

**1880** – O declínio da escravidão se acentuou nos anos 80, quando aumentou o número de alforrias (documentos que concediam a liberdade aos negros), ao lado das fugas em massa e das revoltas dos escravos, desorganizando a produção nas fazendas.

**1885** – Assinatura da Lei Saraiva-Cotegipe ou, popularmente, a Lei dos Sexagenários, pela Princesa Isabel, tornando livres os escravos com mais de 60 anos.

**1885-1888** – o movimento abolicionista ganhou grande impulso nas áreas cafeeiras, nas quais se concentravam quase dois terços da população escrava do Império.

**13 de maio de 1888** – assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel. (GELEDÉS, 2012, p.2)

Portanto, a escravidão foi um período que deixou marcas profundas na sociedade, tendo forte impacto no desenvolvimento histórico do passado até a contemporaneidade. Dentro deste contexto, podemos destacar questões de preconceito racial, que persiste na desvalorização da história e cultura de um povo, sendo uma das características mais evidente, fruto de uma herança do processo de escravidão e de um sistema colonial existente até hoje com a colonialidade.

### 1.3 - Racismo

No decorrer da história de nossa sociedade, foram se construindo as definições para o racismo e suas práticas de preconceitos. Este tipo de

violência, se entende até a contemporaneidade, adquirindo formas através de problemas sociais, econômicos e até mesmo de saúde.

Assim, o racismo vai se moldando conforme a época/período histórico que está se vivenciando. Contudo, é na era escravocrata que fixou o emprego da idéia em que carregam até os dias atuais, e com isso opera o racismo sem antes realizar qualquer tipo de reflexão sobre o assunto.

CARDOSO 2008, p.28, em seu trabalho de dissertação de mestrado, no tópico “4.1.2 O persistente racismo no Brasil”, realiza uma reflexão acerca do preconceito de cor, raça, discriminação racial e racismo, analisando que tais conceitos variam. Segundo o mesmo autor: “O preconceito racial e o racismo se encontram no mundo dos ideais, e a discriminação racial “injusta” seria a objetivação do preconceito e do racismo, isto é, a prática de racismo” (Cardoso 2008, p.28):

Até o final dos anos 1960, a maioria dos dicionários e livros escolares definiam [o racismo] como uma doutrina, ideologia, ou conjunto de crenças. O núcleo dessa doutrina era de que a raça determinava a cultura, e daí derivam as crenças na superioridade racial. Nos anos 1970, a palavra foi usada em sentido ampliado para incorporar práticas e atitudes, assim como crenças; nesse sentido, racismo [passa a] denotar [r] todo complexo de fatores que produzem discriminação racial e, algumas vezes, frouxamente, designa também aqueles [fatores] que produzem desvantagens raciais (CARDOSO, 2008, p.28 apud Banton & Miles, 1994, p.276)

Cria-se o mito de uma inferioridade, classificando e expressando o sentimento da elite, através de palavras que se enquadram para a justificação do contexto histórico/social.

Um fato importante para enfrentar o preconceito racial está ligado ao fato da percepção da existência do problema, olhando por uma ótica com maior criticidade, podemos visualizar com mais nitidez, um problema que é encoberto, nas construções ideológicas sociais:

Racismo é referido, em primeiro lugar, como sendo uma doutrina, quer se queira cientificar, quer não, que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais (GUIMARÃES, 2004, p.17).

Portanto, “maquiar” o racismo é uma forma de exclusão, violência e isso não quer dizer que não persiste o problema:

Chama-se, ainda, de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura da sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc.(Guimarães, 2004, p.18).

Sendo assim, temos um racismo nítido, como dito anteriormente através de problemas sociais, econômicos e de saúde. Nossa sociedade carece de um “combate” maior para as questões de cunho racista. Conforme CARDOSO, 2008, p.31: “No caso da sociedade brasileira, dada a vigência de uma ideologia que nega a existência do racismo, mais importante do que dilatar este conceito, é pensar em uma maneira de aboli-lo”.

Desse modo, pensar em uma educação que trabalhe as temáticas histórico/culturais, dando maior importância à cultura negra em nosso país, se torna indispensável ao combate do racismo, pois acredito que o conhecimento acerca de nossas origens, da história da cultura brasileira e africana valorizando e reconhecendo tais traços culturais, leva-nos a identificar-se como seres participantes em uma visão positiva na história.

#### **1.4 - Branqueamento**

Realizar uma reflexão a cerca da ideologia do branqueamento é resgatar discussões sobre a história e cultura africana, é compreender o diálogo que envolve a categoria de classes na sociedade. Assim, sem a junção destes conhecimentos, nos possibilita desenvolver um pensamento unilateral eurocêntrico.

Desse modo, a concepções da ideologia do branqueamento é fruto de uma ausência do reconhecimento da participação do negro na formação da sociedade. Varias foram as teorias desenvolvidas no decorrer dos tempos, na tentativa de justificar a inferioridade dos negros e ao mesmo tempo exaltar a

superioridade dos brancos. Para CARDOSO, 2008, p.16, referente a isso fala que: “Além da influencia da teoria “histórico-racial”, elaborada por Gobineau, e do positivismo de Auguste Comte, a elite intelectual brasileira foi influenciada também por outras teorias européias designadamente o darwinismo e o evolucionismo.”

Podemos observar, que é realizado uma análise de conceitos nos seus respectivos contextos de época, e que ao longo dos séculos foi se reformulando e ajustando-se de forma intencional:

Neste momento, somente o trabalhador branco representava o progresso. Por conseguinte, restava ao trabalhador negro – antigo escravizado -, desaparecer ao se misturar com o branco para gerar mestiços, ou seja, negros embranquecidos. Isso era possível porque a raça branco por ser considerada superior a raça negra, com a mistura, diluiria a raça inferior no decorrer das gerações. (CARDOSO, 2008, p.16)

Desse modo, percebe-se a intencionalidade para classificar os seres e acabar com as “diferenças” existentes. Assim, podemos definir a ideologia do branqueamento como uma teoria que envolve preconceito, racismo e tantos outros termos para classificar as desigualdades sustentadas pelas elites do meio social.

## **1.5 - Democracia Racial**

Buscaram através de visões teóricas adotar para a sociedade de que existem diversos fatores na qual comprova a existência de igualdade racial. Ao falar sobre essa Harmonia que existia sobre a sociedade: Os portugueses possuiriam uma propensão especial para se relacionarem com os povos de culturas diferentes e disso resultaria que as sociedades por eles colonizadas não apresentariam práticas de racismo (Freyre, 2001). Porém, se percebe uma grande preocupação em romantizar a história do negro e apagar todos os fatos ocorridos durante séculos.

Desta forma, a democracia racial encaminha a história para uma nova “verdade” sobre a visão de não haver racismo no meio social. Tal ideologia, faria crer na igualdade de brancos e negros, vivendo em uma afirmação que

não traduz a realidade, vivendo de forma harmoniosa permitindo o favorecimento da elite (branca), permanecendo em um quadro social inalterado:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 2004, p. 84)

Sendo assim, dizer que não existe racismo é fechar os olhos para um problema que está tão estampado nas atitudes, ou seja, na estrutura da nossa sociedade. É projetar uma nação negra, supondo, assim, que os problemas existenciais acabariam com essa democracia racial.

Diariamente, passamos por processos seletivos. A ideia de um povo “mestiço”, no qual o homem é malandro e a mulher mulata, constitui um estereótipo de brasileiro que fortalece o imaginário de que caso não se liberte desses estereótipos, essa prática de seleção é inaceitável diante de todos os danos causados pela escravidão e por todo legado cultural do negro na história da sociedade, legado que foi criticado pelo movimento negro.

Esse movimento social passou a criticar aquela ideologia com severidade, pois chegou a conclusão de que o desejo, nutrido, por todos, de uma sociedade brasileira harmoniosa racialmente, colaborava para o mascaramento do racismo no Brasil e, com a sustentação do racismo, os negros jamais seriam integrados na identidade nacional de forma equitativa. ( CARDOSO, 2008, p.23 )

## **CAPITULO 2 - A QUESTAO RACIAL NA OTICA LEGISLATIVA**

### **2.1 - LEI 10.639/2003**

Nas ultimas décadas, percebe-se importantes avanços no que se refere à cultura negra na sociedade, mesmo que de forma lenta, a temática vem conquistando seus espaços no meio social e garantido o reconhecimento e a valorização de uma população (negra) tão fundamental na construção de nosso País.

Sabe-se que o sistema escravista, foi responsável por fincar marcas negativas sobre um povo explorado, e que ficou conhecido apenas por sua forma de trabalho escravo, despertando a falsa impressão de que o negro não deixou um legado cultural. Assim, esta ausência de referencias positivas na historicidade, possibilita uma serie de oportunidades e ou brecha para envergonhar / rebaixar a nação negra e criar demais expressões, na qual acabam caindo na esfera do censo comum. Com isso, a falta de dados históricos e culturais contribui para dificultar, ou até mesmo impedir uma afirmação tanto da origem étnicorracial, quanto na luta por espaços de igualdade socialmente.

Dessa forma, as discussões em torno da história e cultura negra surgem como tema de emergência no âmbito educacional, caracterizando uma preocupação com a situação do negro e associando a educação como possível saída para construir uma redefinição do ser negro e um novo comportamento na sociedade. Tal advento, proveniente de resistência, combates de um povo, que já lutava incansavelmente pelo o seu reconhecimento ao longo da historia através de: reivindicações dos movimentos sociais organizados (negros), que buscavam igualdade com políticas de combate ao racismo e as desigualdades que perpetuam em nossa sociedade.

Nessa perspectiva de manifesto, em torno de políticas públicas na promoção por igualdades étnicorraciais, surge então a lei 10.639/03 em que torna a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e Africana na educação básica do nosso País. Tal legislação, instaura um fortalecimento no resgate a historicidade que o legado da cultura negra possibilitou e

consequentemente um sentimento de valorização e respeito para com a população negra.

De acordo com a Lei 10.639/2003:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." [...] (BRASIL, 2003, p.1)

Percebe-se então, com a criação da lei 10.639/03 um grande avanço na luta contra o racismo e preconceito no País, já que a mesma apoia as necessidades deste grupo social (negro). Assim, este povo que já vinha de uma longa batalha pelo o reconhecimento, conquista agora o direito estabelecido por lei do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, podendo tornar a educação mais inclusiva e uma sociedade menos discriminatória, em que as diferenças culturais sejam respeitadas e se aproximem.

Sabemos que a lei 10.639/03 é legislação de caráter nacional, portanto, ações afirmativas como esta se apresentam como um poderoso instrumento de inclusão no meio social, em que objetiva concretizar medidas administrativas para a construção de mudanças contra o racismo e atitudes discriminatórias e tantas outras intolerâncias que se evidenciam na história do País.

É importante ressaltar que juntamente com a lei 10.639/03, veio também no artigo 79-B, a inclusão no dia 20 de novembro como, o "Dia Nacional da Consciência Negra", um dia para refletir o real significado desta data, lembrar com mais intensidade da importância do negro na construção de nossa sociedade.

Neste contexto, o papel que a escola assume é de suma relevância, pois trata-se de um ambiente em que irá acontecer estudo sobre os temas. Por isso, faz-se necessário destacar a confiança depositada na instituição escolar, acreditando que por meio da mesma a conscientização se faz de uma forma mais efetiva e conseqüentemente igualitária:

[...] A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004, p.15)

Sendo assim, o princípio da igualdade ao acesso ao conhecimento é uma das maneiras de se explorar a riqueza da diversidade cultural e descobrir conseqüentemente a beleza de cada etnia, promovendo um ser participativo, crítico e autônomo diante a sociedade.

Assim, as lutas que objetivam realizar a inclusão social e amparar as categorias menos favorecidas, ganham proteção através de conquistas afirmativas:

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988. (BRASIL CNE/CP, 2004, p.2)

Dessa forma, percebemos um rigor maior que transmite uma segurança amparada por leis para com atitudes racistas que visam desqualificar a condição do negro no meio social.

Nesse sentido, ao combate a questões raciais e a inclusão do negro na sociedade, a lei 10.639/03 deixa claro o seu apoio para a superação das grandes desigualdades relacionadas às comunidades afro-brasileiras, destacando como reconhecimento, valorização e respeito, pontos importantes que formam a diversidade cultural:

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade,

ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004, p.12)

Observa-se um conjunto de afirmações de direitos, que contribuem para constituir uma nova democracia no âmbito social, como mostra documentos norteadores para uma prática mais democrática:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática. (BRASIL CNE/CP, 2004, p.1)

Portanto, subsídios que faltavam inicialmente para garantir uma maior igualdade de democracia na história do negro, se solidificam agora através de políticas de reparações e ações afirmativas:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001. (BRASIL, 2004, p.12)

Com a visibilidade da temática sobre questões étnicoraciais, conhecer e estar disposto a buscar novas pedagogias (didáticas), é um dos itens de relevância para as diretrizes curriculares nacionais:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro

da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (BRASIL, 2004, p.16,17)

Diante o exposto, referente ao amparo que as leis possibilitaram na formação de novas configurações com relação ao favorecimento da formação sobre a diversidade étnicorracial, aponta maior qualidades no desenvolvimento de uma sociedade mais democrática. Contudo, não devemos esquecer que o problema racial infelizmente ainda persiste em nosso meio, as vezes de forma silenciosa, outras vezes visivelmente, sendo assim, o conhecimento de tais amparo (leis) nos fortalece, dando uma maior segurança contra estas práticas abusivas que se caracterizam através do racismo.

## **2.2 - Materiais didáticos e questões Étnicorraciais**

Entende-se o material didático, um instrumento fundamental e viabilizador para o conhecimento. Sendo assim, tal elemento se torna indispensável aos espaços educativos.

Portanto, o material didático torna-se apoio para abrir possibilidades que tomam formas positivas nos educandos, possibilitando diferentes visões para uma abordagem sobre a cultura e história afro-brasileira:

Criar na escola um ambiente de diálogo cultural, baseado no respeito mútuo;  
Perceber cada cultura na sua totalidade: os fatos e as instituições sociais só ganham sentido quando percebidos no contexto social em que foram produzidos; e  
Uso de materiais e fontes de informação diversificadas: fontes vivas, livros, revistas, jornais, fotos, objetos para não se prender a visões estereotipadas e superar a falta ou limitação do livro didático. (BRASIL, 1997, p.65)

Assim, tendo em vista a diversidade que tais materiais viabilizam para uma educação de qualidade, é importante destacar o uso do livro didático, que ainda hoje, é instrumento bastante utilizado, para a orientação à pesquisa e exploração de tantas outras descobertas (conhecimento).

A Lei 10.639/03 tornou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, portanto, junto à lei a uma série de planejamento/ações necessárias para atender este novo cenário educacional.

Desta forma, a análise dos materiais a serem utilizados pelos educandos, devem atender as expectativas da lei e dos demais interessados (classe menos favorecida), cabendo a escola um cuidado especial em relação ao uso do mesmo (material didático), já que este transitará na escola e até mesmo na comunidade escolar:

A escola que deseja pautar sua prática escolar no reconhecimento, aceitação e respeito à diversidade racial articula estratégias para o fortalecimento da auto-estima e do orgulho ao pertencimento racial de seus alunos e alunas. banir de seu ambiente qualquer texto, referência, descrição, decoração, desenho, qualificativo ou visão que construir ou fortalecer imagens estereotipadas de negros e negras, ou de qualquer outro segmento étnico-racial diferenciado, É imprescindível. Para tanto, a instrução escolar terá como meta promover o nível de reflexão de seus educadores e educadoras, instrumentalizando-os(as) no sentido de fazer uma leitura crítica do material didático, paradidático ou qualquer produção escolar.(MEC, 2006, p.73,74)

Ainda sobre a importância da seleção de materiais, de acordo com o Conselho Nacional de educação em seu art.7: “Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.” (BRASIL CNE/CP, 2004, p.2)

Deste modo, podemos perceber que é necessário uma articulação da lei e seus princípios norteadores com os materiais didáticos. Pesquisar, investigar e participar são alguns dos critérios para a realização do objetivo que a lei necessita para sua efetivação. Dessa maneira, a participação dos Profissionais envolvidos no contexto escolar, torna-se indispensável, ou seja, a análise do material didático deve passar por um olhar criterioso, em que possa até mesmo, encontrar o racismo mascarado através das entrelinhas.

Assim, ressalto a importância do material didático no combate as questões racistas e a promoção de uma educação e ou sociedade igualitária.

### **3- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS DA PESQUISA**

#### **3.1 – Coleta dos dados.**

Para a realização desta pesquisa foi utilizado o questionário como principal objetivo para a obtenção dos dados. Com o intuito de analisar a aplicação da lei 10.639/2003 na escola o questionário utilizado foi composto por questões abertas e fechadas, direcionadas aos profissionais da educação e aos alunos que atuam na escola: professores, coordenador, diretor e alunos que integram a escola.

#### **3.2 – Caracterização geral da escola pesquisada.**

A E.E.F Fernando Cavalcante Mota, situada na rua José Saraiva Sobrinho, centro de Capistrano-Ce, desde sua origem tem uma História bastante significativa até os dias atuais.

Com o surgimento da escola desenvolveu-se na população capistranense, um sentimento de conquista e ampliação da educação do município. Esta unidade de Ensino (Escola Fernando Cavalcante Mota) modifica o cenário Educacional expandindo e ampliando o acesso a Educação a uma grande parte da população Capistranense.

Tendo a frente ao executivo o Prefeito Antônio Henrique Fonseca da Mota fundou a referida escola, a mesma vem com o passar do tempo se aprimorando mais e mais em vários aspectos e desenvolvendo um trabalho satisfatório, tornando sua existência importante para a população da cidade.

A escola foi regulamentada pela lei municipal de nº 738/00 de 28 de junho de 2000. E seu aniversário acontece a cada 4 de maio, pois sua origem é maio de 1996. Esta situada na Rua José Saraiva Sobrinho S/N no centro da cidade. Esta unidade escolar tem se destacado a cada ano como um importante veículo de Educação.

Atentando para abordagem do PCNS que norteiam o processo ensino aprendizagem somado ao projeto político pedagógico que é de fundamental

importância e um referencial curricular para todos que fazem a unidade de ensino, definindo claramente o papel da educação na sociedade e consequentemente desenvolvendo uma educação de qualidade.

A E.E.F. Fernando Cavalcante Mota é composta por 49 funcionários, 31 professores, 01 Diretor, 02 Coordenadores pedagógicos e 02 coordenadores pedagógicos da Educação Infantil, incluindo 75 alunos de creche, 63 da Educação Infantil, 305 do Ensino Fundamental I, 312 do Ensino Fundamental II e 15 do EJA.

### **3.3 – Perfil dos participantes da pesquisa**

O perfil dos participantes da pesquisa se deu a partir de algumas características em que foram apresentadas na pesquisa. Tais características, se baseavam em alguns critérios como: sexo, função, cor (como se autodeclara), tempo na instituição escolar.

### **3.4 – Características dos participantes da pesquisa.**

Foram consultados professores que atuam diretamente em sala de aula, coordenador pedagógico, diretor e alunos, em um total de 7 pessoas consultadas.

A maioria das pessoas consultadas é do sexo feminino, e que afirmaram freqüentar a escola por 2 a 3 anos. Percebe-se então, que o público que freqüenta a escola são pessoas que conhecem a escola por mais de 1 ano, período necessário para se conhecer as etapas do ano letivo: bimestres, trimestres e semestres.

Em relação ao quesito autodeclarante (cor), prevaleceu a presença do pardo com 5 dos entrevistados e 2 branco.

Durante o quesito cor, percebe-se que, “não há a presença do negro” constatada na pesquisa, o que nos permite realizar uma reflexão sobre temas

tão presentes no meio social como: autodeclaração, identidades, branqueamento e tantos outros configurados na sociedade.

### **3.5 – Sobre a Lei 10.639/2003: conhecimento, exploração de conteúdos e importância, entre outros quesitos da pesquisa.**

O resultado obtido para estes quesitos, nos mostram que apesar da obrigatoriedade da ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas instituições, é necessário uma maior atenção sobre a temática, sobre a africanidade do país. Pois, a maioria dos entrevistados no total 7, 5 já ouviram falar sobre a lei, porém, não lembram o real conteúdo da mesma, caracterizando um fato que merece uma abordagem mais significativa sobre a lei.

Em relação a exploração dos conteúdos referentes a temática que envolve a lei 10.63/2003, os professores afirmaram expor sobre os assuntos referente ao tema, mesmo que de forma esporádica. É importante salientar que, todos informaram ser importante ou muito importante o estudo sobre a história e cultura afro-brasileira e africana.

Sobre a importância do estudo da temática LIMA diz que:

A importância dos estudos sobre a História do Negro no Brasil e da História da África, deve ser entendida como parte importante da construção da identidade do povo brasileiro e, em particular da população afrodescendente, através do qual, regata-se uma dívida histórica, no registro histórico oficial, daqueles que colaboraram, em uma escala gigantesca, no acúmulo da riqueza nacional e no complexo multicultural que caracteriza e personaliza o povo brasileiro. (LIMA, 2008, p.1)

Portanto, a intensificação dos estudos sobre a história do negro no Brasil e da África, possibilita a construção da própria identidade, tornando o ser com maior conhecimento sobre suas origens e conseqüentemente mais confiante no meio social.

No que se referem aos materiais didáticos, 6 reconheceram a existência de materiais que abordam as questões étnicorraciais em sua escola.

A opinião dos consultados referente as desigualdades raciais, 5 declaram não conhecer a existência de discriminação na escola, contudo, 3 informaram perceber alguma desigualdade no tratamento entre as pessoas negras. Isso nos leva a refletir sobre o campo amplo que envolve o preconceito racial em uma ótica com maior criticidade a respeito do preconceito racial, fato que as vezes se mostra “mascarado” como dito nos capítulos anteriores.

Sendo assim, a pesquisa demonstra através dos resultados obtidos, algumas informações e ou fatores que nos levam a perceber que a temática história e cultura afro-brasileira e africana, infelizmente, ainda não contempla as raízes africanas do país, porém percebe-se que a lei 10.639/2003 é aplicada na escola Fernando Cavalcante Mota e já esta instaurada na instituição escolar da mesma, e isso demonstra uma grande conquista que deve ser disseminada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história do negro no Brasil, permite realizar uma reflexão acerca de sua situação e ou condição no meio social, pois, se observa através de sua contextualização histórica, aspectos de grande relação vivenciadas no passado com a contemporaneidade. Assim, buscar conhecimento da formação que configura a sociedade, é situar-se como parte participativa dessa história, é descobrir suas origens, formando assim sua identidade.

Os relatos históricos, mostram uma visão negativa sobre o ser negro na sociedade, apontam qualificações pejorativas com esta comunidade, que ainda sofre em meio as desigualdades persistentes até os dias atuais. Porém, mesmo diante deste desequilíbrio cultural, social, econômico, formado historicamente, encontramos a resistência de um povo que luta por valorização, reconhecimento da sua contribuição na formação de nossa nação.

Um grande passo para o reconhecimento desta cultura e reverter a condição do negro submisso a diversas situações, é o conhecimento sobre sua historia, descobrindo suas origens, suas raízes, olhando por visões diferentes, além do período escravista, que tanto é explorada no meio social. Portanto, a

Lei nº 10.639 em 2003, além de tornar obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio a temática da história da África e afro-brasileira, cria-se também expectativas para a superação de problemas que afligem o grupo étnico racial (negro).

Várias conquistas foram realizadas, dentre elas podemos destacar a Lei 10.639/2003, em que torna a obrigatoriedade de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. Uma lei que fortaleceu e fortalece no combate a desigualdade, a exclusão e tantos outros tipos de violências que caracterizam esse cenário racista e desumano.

Portanto, o amparo da Lei tem sido força motriz no combate ao preconceito racial e muitos outros tipos de discriminação. O fato da conquista da Lei é importante salientar que não se deu por acaso, e sim um fruto de manifestações, resistência de uma população negra que almeja respeito, igualdade e uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a realização da pesquisa constatou-se que, a Lei 10.639/2003 esta inserida no contexto educacional da Escola de Ensino Fundamental Fernando Cavalcante Mota, porém infelizmente ainda não contempla as raízes africanas do país, como já relatado no capítulo 3 deste trabalho.

Constatou-se ainda, que há uma necessidade de intensificação da Lei, com uma maior atenção e exploração dos conteúdos referentes a temática, para que assim, a visibilidade sobre o tema se solidifique ganhando a devida importância e ultrapasse os muros da escola, chegando o conhecimento até a comunidade escolar e conseqüentemente a sociedade em geral.

Portanto, trabalhos que venham a conscientizar a importância da valorização da diversidade cultural de maneira crítica, só tende a contribuir com o compromisso de educar para a formação humana, ganhando um espaço mais democrático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador. Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**: Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 05 mai. 2016.

BRASIL, CNE/CP 003/2004. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL, CNE/CP. **Resolução 1/2004**. Diário Oficial da união. Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1. Disponível em: < <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> > Acesso em: 06 mai. 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Economia e Centro de estudos Sociais da universidade de Coimbra, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil -1. 42ª ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GUIMARÃES, António Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

Ministério da Educação / Secretaria da Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada, Ministério da educação, Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>> Acesso em: 03 mai. 2016.

LIMA, Claudia. **Reflexão sobre a História do Negro no Brasil**. Disponível em: <<http://www.claudialima.com.br/artigos.htm>> Acesso em: 10 mai. 2016.

## ANEXO

### Questionário

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_  
 Cor ( ) Branco ( ) Pardo ( ) Negro

**1- Há quanto tempo frequenta a escola?**

( ) 0 a 1 ano ( ) 1 a 2 anos ( ) 2 a 3 anos ( ) 3 anos acima

**2- Quais destes assuntos abaixo já foram explorados pela a escola?**

- ( ) Capoeira e outras culturas africanas
- ( ) Escravidão (período escravista)
- ( ) Personalidades Negras. Ex: Abidias Nascimento
- ( ) Todos os assuntos listados acima
- ( ) Nenhum ou sem resposta

**3- Você conhece a Lei N° 10.639/2003?**

( ) Sim ( ) Não ( ) já ouvi falar sobre esta lei ( ) Não Lembro

**4- A historia e cultura africana é explorada em que momento do ano letivo?**

- ( ) Em datas comemorativas (Dia da consciência negra, abolição da escravatura, entre outros.)
- ( ) Introduzida nas disciplinas que possibilitam o estudo da temática
- ( ) Não é explorado
- ( ) em outros momentos do currículo escolar. Cite-o: \_\_\_\_\_

**5- Qual a importância de se estudar a historia e cultura africana para você?**

- ( ) Muito importante ( ) Importante ( ) Regular
- ( ) Não tem importância

Justifique sua resposta:

---

---

**6- Você percebe alguma desigualdade no tratamento entre as pessoas negras ?**

Sim     Não     as vezes     Sem resposta

**7- Você conhece a existência de discriminação na escola?**

Sim. Cite-o: \_\_\_\_\_

Não

**8- O tema discriminação racial é abordado na escola:**

Sim. De que forma: \_\_\_\_\_

Não. Por quê? \_\_\_\_\_

**9- O material didático apresenta a história e cultura africana:**

Sim. Indique 1 aspecto que comprove sua resposta \_\_\_\_\_

Não

**10- Para você a aplicação da lei 10.639/2003, promove uma maior igualdade e combate a discriminação racial :**

Sim             Não             Sem resposta